

O Rio Seridó e o regionalismo: as representações e a estruturação de uma Identidade Seridoense

Fernando Wallace Ferreira Pinto

Graduando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Uma análise historiográfica do Rio Seridó nas obras intelectuais relacionadas ao regionalismo, seja na perspectiva histórica, geográfica ou sociológica, é pautada pelo entendimento do contexto histórico em que se desenvolveu a ocupação do interior do Rio Grande do Norte, a então Capitania do Rio Grande, como era denominada na época, bem como o entendimento do seu regionalismoⁱ, que emergiu depois da solidificação do processo de ocupação colonial interiorana; sentimento esse caracterizado pelos seus aspectos de representações e relações de pertencimento e identidade. A escolha do tema foi feita de maneira a contemplar múltiplas perspectivas. Nesse sentido, foram selecionadas várias leituras, sobretudo os seguintes autores e suas obras: o historiador Muirakytanⁱⁱ, com seu trabalho “A Penúltima Versão do Seridó”, e a geógrafa Ioneⁱⁱⁱ, com sua obra “Seridó norte-rio-grandense”. No entanto, o presente artigo visa somente realizar uma síntese do regionalismo no Seridó e seu contexto, bem como trabalhar o momento anterior e simultâneo à ocupação em seus espaços, ponto de início, para a historiografia ligada ao tema. Trabalharemos o Rio Seridó como um “objeto” em um “cenário” de conflito – tendo em vista que a ocupação se deu de forma concomitante a “Guerra dos Bárbaros” – tentaremos esclarecer quais foram os meios utilizados pela historiografia para a explicação de suas idéias, ou seja, abordaremos o contexto histórico anterior, que possibilitou a construção de suas múltiplas perspectivas, sobretudo o entendimento do regionalismo seridoense a partir do rio que carrega seu nome.

Palavras Chaves: Urbanização, Rio Seridó, Guerra dos Bárbaros.

O regionalismo possui vários aspectos e características. As múltiplas possibilidades de se entender um regionalismo resultam em diferentes perspectivas, principalmente no que se refere aos instrumentos de coesão, ou seja, os objetos que denotam características de relação de pertencimento, e, portanto surgem como conectores de identidade. Os indivíduos “sentem-se” ligados por um objeto em comum, ou vários; a terra, as práticas, representações e moralidades, podem ser ao mesmo tempo, instrumentos de coesão identitária. Os aspectos mais comuns do regionalismo são os ligados a espacialidade; o espaço não é inerte e surge como um elemento comum, um objeto praticado. Abordaremos o conceito de regionalismo proposto por Roger Chartier^{iv} e trabalhado por Muirakytan, mas tendo como o foco o Rio Seridó, enxergando o regionalismo seridoense em uma das suas múltiplas faces, que é a partir da perspectiva do rio que leva seu nome.

As representações surgem através do momento em que o espaço começa a ser praticado. As práticas possibilitam que o espaço transcenda seus limites físicos, ganhando representações, e dessa maneira passando a serem sentidos, tocados pela

subjetividade. O olhar do historiador acontece a partir de seu instrumento metodológico de base: a temporalidade. O tempo é utilizado como lente flexível em uns óculos para a visão de quem o utiliza; sob a lente do tempo, e a partir de um determinado recorte espacial, o historiador pode compreender o espaço naquela temporalidade. O prisma que o tempo se configura permite perceber as práticas no espaço, inerentes ao tempo em que se enxerga o mesmo espaço, que pode sofrer mutações conforme se ajuste as lentes. Nesse sentido, a temporalidade fornece “o espaço” como “os espaços”. A região do Rio Seridó foi praticada, articulada, e é sob essa perspectiva de tempo, que deu sentido ao Rio Seridó praticado, que buscaremos dar sentido ao presente trabalho.

O ponto de partida, para o entendimento da formação da região seridoense, na perspectiva histórica, é a Capitania do Rio Grande, no século XVII, devido ao fato de que antes desse período, os indígenas tapuias viviam na região interiorana da Capitania, e as produções historiográficas a serem analisadas partem da inserção político administrativa, bem como militar, do homem branco nessas áreas, ou seja: as pesquisas partem da colonização do interior do atual Rio Grande do Norte, ocorrida a partir do século XVII, para citar seus rios, sobretudo o Seridó. Essa colonização só foi consolidada após a Guerra dos Bárbaros, que analisaremos mais a frente, tendo em vista que o cenário em qual essa guerra ocorreu é do nosso interesse, e seus rios, incluindo o Seridó, foram peças importantes no conflito. A Capitania do Rio Grande, nesse momento, não possuía a forma cartográfica atual, tão pouco o aglomerado de cidades no seu interior; nessa perspectiva, analisaremos o processo de formação de cidades através dos rios, bem como seus limites e a formação de suas características identitárias.

A Capitania do Rio Grande, de uma forma geral, no século XVII, era habitada pelos indígenas tapuias, sendo a análise historiográfica guiada a partir dessa cronologia, ou seja, século XVII. O contexto histórico, no que se refere aos âmbitos sociais e políticos dessa região é caracterizado pelo domínio da colônia pelos holandeses, que utilizavam o cenário da Capitania do Rio Grande como ponto de apoio para a produção e exploração do açúcar nas outras Capitanias (sobretudo Pernambuco), através da pecuária, que abastecia essas regiões mais produtivas. Isso se deve ao fato da utilização dos latifúndios com a produção voltada para a monocultura, denominada de “Plantation”, sendo incompatível com a pecuária, que, caso praticado na mesma área, tornava-se antieconômica, pois necessitava de muito espaço; sendo assim, foi necessária a importação, por parte de Pernambuco, de gados para a utilização de sua força nos engenhos, bem como a importação de seus derivados: carne, couro e produtos ligados ao couro.

A importância dos derivados do gado para o entendimento da formação de vilas e cidades no interior do Rio grande do Norte dá-se na medida em que observamos a principal atividade econômica da região (antes do algodão), na pecuária. Como a região possuía grandes sazeiros, tornava-se possível o transporte da carne e sua posterior comercialização, através do salgamento da carne bovina. Outro aspecto importante é a posição geográfica do Rio Grande do Norte, que se constituía de um ponto estratégico militar, para a defesa de toda a Colônia em si. Até o final do domínio holandês no Brasil Colônia, esse cenário do Rio Seridó não foi efetivamente colonizado, devido às características holandesas ideológicas e políticas. Ideológicas por conta da liberdade

dada aos indígenas, no que se refere à religião; e políticas, devido às alianças militares formuladas entre os indígenas e os holandeses. Podemos verificar isso através da produção historiográfica de Denise Mattos, “Introdução à História do Rio Grande do Norte”, que defende a idéia de que no sertão a relação entre os holandeses e indígenas teve características diferentes. Como a presença holandesa na capitania se restringiu a uma estreita faixa litorânea, o sertão continuou desconhecido pelo branco europeu e sob domínio absoluto dos indígenas nativos. As características apresentadas na administração holandesa são frutos da formação nacional dos holandeses: protestantes, liberais do ponto de vista religioso, permitindo a liberdade para os judeus e dessa forma, incorporando suas riquezas e habilidades administrativas, visto que os judeus historicamente possuem experiência em gerir comércios.

Dirigido por Maurício de Nassau, a administração holandesa era inteligente, obtendo maciços lucros advindos da exploração açucareira. O governo holandês era também caracterizado por ser bem relacionado com os nativos, permitindo uma estabilidade política e militar na colônia. Apesar da restauração do trono português e posterior aliança com a Holanda, o domínio holandês no Brasil Colônia foi entrando aos poucos em colapso. As crescentes dívidas dos proprietários rurais em especial os latifundiários em Pernambuco, refletiram na eclosão de um conflito, consumado na insurreição pernambucana. Outros fatores, dentre os quais a perda do apoio militar dos tapuias pelos holandeses contribuíram para a queda do sistema político administrativo holandês e permitiu a volta do domínio português sobre a Colônia e, com isso, a volta de um projeto de colonização mais tirana, do ponto de vista da liberdade religiosa e política; os portugueses divergiam drasticamente dos holandeses nesses aspectos. Foram implementados a doutrinação e domínio dos indígenas através das missões jesuíticas, bem como um avanço na colonização interiorana; esses fatores culminaram com o início do conflito conhecido como a Guerra dos Bárbaros. É importante salientar que o conflito denominado a Guerra dos Bárbaros não foi oficialmente iniciado, tendo em vista que a ocupação do interior do litoral se deu de forma gradual, e, portanto, as tensões, mortes e revoltas relacionadas a esse contexto foram sendo praticadas e desenvolvidas ao longo da incursão do homem branco no território sertanejo; em síntese, a ocupação e conflitos se deram de forma simultânea, não podendo se determinar de forma precisa o início cronológico dos combates e ataques indígenas referentes ao início da guerra em si.

A resistência indígena no sertão, no que se refere o conflito supracitado, é também trabalhada por Denise Mattos, a perspectiva lançada por ela é a de que os indígenas certamente sabiam que a presença branca se expandiria cada vez mais e que os portugueses, respaldados pelas suas armas de fogo, avançariam progressivamente sobre suas terras, o que implicaria em mais mortes e possíveis escravizações. Dessa forma, ataques periódicos de indígenas continuaram a ocorrer em várias capitanias. No processo de reorganização da administração portuguesa nos territórios que haviam estado sob o domínio holandês, as capitanias voltaram a ser governadas por capitães-mores – nomeados pelo Rei de Portugal ou pelo governador geral da colônia – e companhias de infantaria foram organizadas para a defesa de fortes e vilas. Para as frentes de conquista do interior foram designados postos avançados de ocupação de terras, mediante guerras contra os indígenas que resistissem à ocupação. Essas guerras

eram então chamadas pelos colonizadores de “guerras justas”. Através delas, os índios “bárbaros” aprisionados, segundo a legislação portuguesa, poderiam ser escravizados ou vendidos como escravos – assim como seus descendentes – ao contrário dos índios “mansos”, ou seja, os já batizados e, portanto, já supostamente submetidos à colonização. Estes perante a lei, não poderiam ser escravizados. ”

Nesse processo de colonização, o poder das armas e a apropriação de terras caminharam lado a lado. Nesse sentido, entendemos a importância do entendimento do contexto até agora citado, uma vez que, os cursos dos rios, principalmente no cenário do sertão, na Capitania do Rio Grande, constituíram-se as principais vias de penetração portuguesa pelo interior, em meio a um processo de colonização e conflito com os indígenas. As margens dos rios, preciosas para o estabelecimentos de currais e roças seriam disputadas metro por metro com os índios. Importante notar que, as sesmarias mais valiosas eram aquelas com o privilégio de ter um curso d’água como recurso hídrico, possibilitando sua ocupação, mas em contrapartida, provavelmente mais difícil de ser conquistada e mantida, haja vista que esses espaços, pelo valor vital em si, já eram devidamente ocupados pelos nativos indígenas.

A impossibilidade da aplicação do sistema de “plantation” no espaço geográfico da Capitania do Rio Grande, mesmo no litoral (de uma forma geral foi timidamente praticado, a exemplo do Engenho Cunhaú) e, sobretudo no interior, é de fundamental importância para o entendimento das produções historiográficas analisadas; devido a esse fato, a lógica de ocupação no Rio Grande do Norte foi ligada a pecuária, de maneira que os rios e suas adjacências, ou seja, a formação cenária tríade - rio, terra adjacente e a ocupação do homem através da pecuária - foi o eixo motriz do processo de colonização e ocupação interiorana no Rio Grande do Norte, influenciando os posteriores aspectos urbanos, sociais e políticos regionais, totalmente distintos da lógica praticada em Pernambuco e demais regiões de práticas latifundiárias monocultoras de açúcar. Escravos, relações de poder dentre outros aspectos são únicos da região espacial ligada ao Seridó.

Dessa maneira, notamos o regionalismo seridoense a partir da perspectiva de seu rio, mesmo que esse sentimento seja “inventado” depois da cristalização do povoamento e trabalho, dessa maneira, apenas posteriormente à ocupação de seus espaços, o regionalismo seridoense possui e possui reflexos do pioneirismo colonizador em suas terras, tendo o rio Seridó como possibilitador da ocupação de seu espaço bem como da prática da pecuária; os indivíduos ligados pelo espaço e seu rio, criam uma micro-ontologia, que se configura na medida da importância de vida que o rio Seridó lhes proporciona. Em um cenário em que o modo de vida em geral, sobretudo o econômico e até mesmo o de subsistência dependem do mesmo rio, no mesmo espaço, percebemos os aspectos da representação e regionalismo, através do objeto em comum em seu território, um rio Seridó praticado e representado.

Na seca de 1825, que se estendeu por três anos, surge uma nova técnica agrícola, denominada vazante. Como citado anteriormente, a prática da pecuária ela atrelada a subsistência dos envolvidos no trabalho, e nesse sentido o rio se configura como eixo principal de manutenção de vida em meio a um ambiente natural hostil,

caracterizado pela seca e calor. Ocorre então uma representação em torno do rio, elaborada principalmente por representantes da elite seridoense, caracterizando o rio como benção e comparando o rio Seridó ao rio Nilo do Egito. O espaço transcende seus limites físicos, juntamente com o rio; uma terra de promessa, com seu rio abençoado, uma Canaã, em referência a saga bíblica. Esse discurso se configura na segunda metade do século XIX, através dos herdeiros das elites do Seridó; discurso esse possibilitado e trabalhado a partir do difusor de idéias da época: Recife, mais especificamente a sua faculdade de direito. A volta desses representantes da oligarquia para o Seridó era marcada pela construção de um discurso que valorizava sua terra, e premiava de forma contundente as representações acerca do cenário seridoense, em especial seu Rio, objeto e foco deste artigo.

Dessa forma, notamos como o Rio é trabalhado e sentido; a prática do espaço do Rio Seridó permitiu uma construção de um discurso posterior a sua ocupação e povoamento, mas esse discurso estava intrinsecamente ligado a trajetória das práticas em seus espaços; a história do Seridó e seu Rio bem como seu regionalismo e identidade, começa então, a partir dos primeiros conflitos no processo de ocupação interiorana, com a retomada do projeto de colonização português, estagnada pela administração holandesa no Brasil Colônia.

ⁱ Doutrina que incrementa os agrupamentos regionais; sistema ou partido dos que defendem os interesses regionais; locução peculiar a uma região, ou a regiões; caráter da literatura que se baseia em costumes e tradições regionais.

ⁱⁱ Muirakytan Kennedy de Macêdo possui graduação em história, sendo doutor em Ciências Sociais e professor do departamento de história da UFRN.

ⁱⁱⁱ Ione Rodrigues Diniz Morais é doutora em Geografia e professora do departamento de Geografia da UFRN.

^{iv} Historiador francês vinculado à atual historiografia da Escola dos Annales.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/ Benedict Anderson**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

PEIXOTO, Renato Amado. **Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia**.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense**. Natal, RN: Ed Sebo Vermelho, 2005.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó, RN: Edição do Autor, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. – 3ed - Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MONTEIRO, Denise Mattos. **“Introdução à História do Rio Grande do Norte”**. Natal: EDUFR, 2000.
